



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014 – 2018)

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

	Págs.
Carta do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares ao Presidente da Assembleia Nacional – Remete à Proposta de lei n.º 07/X/3.ª/2016.....	29
Proposta de lei n.º 07/X/3.ª/15 – AsGrandes Opções do Plano para o ano económico 2016	29

**Carta do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares ao
Presidente da Assembleia Nacional**

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Nacional

Palácio dos Congressos

São Tomé

Ref.N.º 401/DG/GMPCMAP/2015

Excelência,

Por decisão do Conselho de Ministros e sob instruções de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, cumpre-me remeter à Vossa Excelência para que sejam submetidas à apreciação e aprovação da Assembleia Nacional as propostas de lei de Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano.

Aceite, Excelência, os meus melhores cumprimentos.

São Tomé, 20 de Novembro de 2015.

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Dr. Afonso da Graça Varela da Silva*.

Proposta de lei n.º 07/X/3.ª/2015 – As Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2016

Nota Explicativa

A presente lei visa aprovar as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2016, enquadradas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, no princípio de consolidação orçamental, no rigor das finanças públicas e no desenvolvimento da sociedade e da economia são-tomense, como apresentadas no Programa do XVI Governo Constitucional.

Estas Grandes Opções do Plano definem as prioridades para o ano 2016, concretizam os compromissos que o Governo assumiu no início da legislatura e criam o enquadramento apropriado para o cumprimento efectivo dos compromissos internacionais e da continuidade ao processo de transformação, de crescimento económico sustentado, criador de emprego, iniciado em 2014.

Baseadas nos dois eixos do Programa do Governo, a aposta no crescimento económico gerador de emprego e na coesão social e credibilização externa de São Tomé e Príncipe, estas Grandes Opções do Plano para 2016 apresentam as iniciativas conducentes à transformação estrutural da economia são-tomense, as medidas sectoriais prioritárias, respeitando o caminho que assegura o crescimento económico sustentável e integrado, a consolidação das finanças públicas, a capacitação dos recursos humanos e a promoção contínua das políticas de solidariedade, cidadania, justiça, segurança, política externa e de defesa nacional.

Assim,

Nos termos da alínea b) do artigo 111.º da Constituição da República, o Governo apresenta à Assembleia Nacional a seguinte proposta de lei:

**Artigo 1.º
Objecto**

Esta lei institui, na forma do anexo que a integra, as Grandes Opções do Plano de 2016, estabelecendo para o período as prioridades de política económica e financeira e o programa anual do Governo.

**Artigo 2.º
Organização da acção governativa**

As Grandes Opções do Plano de 2016 inserem-se no processo de recuperação económica em curso, estruturando-se em medidas e acções orientadas para a implementação das directrizes e o alcance dos objectivos estratégicos do Governo, definidos para o período 2014-2018.

Artigo 3.º

Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano para o ano 2016 são assumidas pelo Governo como pilares fundamentais da acção governativa, nomeadamente:

- Aposta no crescimento económico gerador de emprego.
- Aposta na coesão social e na credibilização externa de STP.

Artigo 4.º

Medidas, acções e projectos orçamentais

As medidas de políticas plasmadas na presente Grandes Opções do Plano, estão em articulação com o Orçamento Geral do Estado de 2016 e prosseguem os objectivos de políticas públicas do executivo, e os seus domínios prioritários de intervenção assentam fundamentalmente nas áreas de infra-estruturas, com destaque para as infra-estruturas de transportes, aumento de captação e distribuição de água às populações, melhoria da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica às populações, reforço e melhoria da produção de culturas alimentares e de exportação, acesso universal e melhoria da qualidade do sistema educativo a todos os níveis, bem como a generalização de acesso e melhoria dos cuidados de saúde.

Artigo 5.º

Memorando de políticas económicas e financeiras

O Governo garante o cumprimento dos engagements assumidos com os parceiros bilaterais e multilaterais e implementará todas as medidas necessárias visando salvaguardar os objetivos definidos.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em 18 de Novembro de 2015.

O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Dr. Patrice Emery Trovoada*.

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Dr. Afonso da Graça Varela da Silva*.

O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *Dr. Américo d'Oliveira dos Ramos*.

Proposta de lei

Introdução

O presente documento constitui um instrumento de operacionalização dos objectivos de política económica e social preconizados pelo XVI Governo Constitucional para o ano 2016.

Em articulação com o Orçamento Geral do Estado (OGE), o Programa do Governo e demais documentos de política económica e social do Estado, este instrumento visa promover o crescimento económico, gerar emprego, criar riqueza e combater a pobreza.

O XVI Governo Constitucional assume como prioritárias a resolução de três preocupações fundamentais, nomeadamente, o desemprego que afecta uma larga camada da população, o elevado custo de vida que atinge de forma dramática as populações mais vulneráveis e a desigualdade social que tende a acentuar.

Assim, o XVI Governo agirá no sentido de revalorizar e revitalizar o sector primário da economia e de serviços, sendo estes sectores as principais alavancas de crescimento e criação de emprego, criando para o efeito as bases para o desenvolvimento sustentável com qualidade. A melhoria sistemática do ambiente de negócios impulsionará as condições de atracção de investimentos, de modo a suprir às fraquezas do empresariado nacional e dar resposta à procura de bens e serviços. Uma atenção especial será dada às infra-estruturas económicas e sociais básicas, à estabilidade e à sustentabilidade do quadro macroeconómico, às reformas institucionais, à boa governação para permitir um crescimento mais saudável da economia. De igual forma, o acesso e a melhoria dos serviços sociais de base serão aprimorados.

Estas Grandes Opções do Plano foram elaboradas com a participação directa dos diferentes sectores e Ministérios, sob coordenação da Direcção-Geral de Planeamento e está organizado em três partes.

Na primeira parte, é apresentada uma breve análise do desempenho recente dos principais indicadores macroeconómicos e as perspectivas para 2016 da economia são-tomense e mundial, que servirão de base para a implementação das acções programadas para próximo ano.

Na segunda, faz-se o balanço das principais acções inscritas e implementadas ao longo do presente ano económico (2015), no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Na terceira e última parte são apresentadas as principais medidas de política para 2016, cuja implementação contribui para a solução dos problemas ou a satisfação das necessidades mais prementes

da população.

Desenvolvimento macroeconómico recente e perspectivas para 2016

Economia internacional

O último relatório do Panorama da Economia Mundial elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta inequivocamente para um abrandamento do crescimento da economia mundial em 2015 (3,1%) face ao registado em 2014 (3,4%) e uma recuperação gradual a partir de 2016 (3,6%). As taxas de crescimento continuarão a divergir entre as regiões, com as economias avançadas a registarem uma recuperação gradual da actividade económica, a par de uma desaceleração das economias de mercados emergentes.

No seio das economias avançadas, o FMI prevê um crescimento moderado da economia dos Estados Unidos da América (EUA) na ordem de 2,6% em 2015 e 2,8% em 2016. A economia da Zona Euro deverá crescer apenas 0,1%, passando de 1,7% em 2015 para 1,8% em 2016, embora com uma evolução muito distinta entre os Estados-membros. Portugal, principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe, deverá crescer 1,6% em 2015 e 1,5% no ano seguinte, associado à recuperação da procura interna e melhoria das exportações.

Para o conjunto dos países de África Subsariana, o mesmo relatório aponta um abrandamento do crescimento em 2015, face ao ano 2014 de 5% para 3,8% e uma recuperação lenta em 2016. Quanto aos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o destaque vai para Moçambique com uma taxa de crescimento prevista para este ano de 6% e 8% em 2016. Enquanto isso, a Guiné Equatorial deve registar um decréscimo acentuado da sua economia em 2015 e 2016, registando um crescimento na ordem de 7%. Os restantes países lusófonos apresentam previsões positivas, embora relativamente modestas.

Até ao final do corrente ano, prevê-se que a taxa de inflação seja negativa na generalidade das economias avançadas, cifrando em -0,1%, assim como, em 2016 (-0,2%), enquanto, no conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, prevê-se uma taxa de inflação de 0,2% em 2015 e 0,3% em 2016. A zona euro deverá registar uma taxa de inflação à volta de 0,1% em 2015 e de 1,1% em 2016.

Associadas estas previsões aos graves problemas sociais que afectam a Europa e o mundo em geral, derivados essencialmente da crise dos migrantes e do recrudescimento do terrorismo, pode concluir-se que o ano de 2016 será assaz difícil e complicado para todas as economias, com impactos desastrosos para os países em desenvolvimento, particularmente para aqueles cujas economias são mais vulneráveis.

Economia nacional

As estimativas disponíveis apontam para um crescimento da economia nacional na ordem dos 4% neste ano de 2015, em termos reais, valor inferior em meio ponto percentual ao do ano precedente (4,5%). Prevê-se uma ligeira melhoria para o ano de 2016, com um crescimento projectado de 5%, impulsionado por uma perspectiva mais optimista de entrada de recursos externos, como resultado dos compromissos assumidos pelos parceiros internacionais, auxiliado pelas medidas de política económica e financeira no quadro do novo programa com o FMI para o triénio 2015-2018 e a estabilidade política conferida pelas eleições legislativas de Outubro de 2014. A combinação desses factores criaram condições para uma nova dinâmica de crescimento, que contribua para a redução do nível da pobreza.

O regime de câmbio fixo decorrente da ancoragem da Dobra (STD) ao Euro (€) continua a orientar a política monetária do País. Como resultado, a inflação acumulada tem demonstrado uma tendência decrescente desde a adopção do referido regime cambial, em 2010. Até ao mês de Agosto de 2015 a inflação acumulada foi de 2,3% contra 3,7%, observado no período homólogo de 2014.

Esta diminuição é justificada essencialmente pela queda dos preços dos principais produtos importados, nomeadamente, petróleo e produtos alimentares. Por isso, até ao final do ano 2015, prevê-se que a taxa de inflação acumulada atinja 4,8%, inferior ao 6,4% do período homólogo, e deverá cair em 2016 para 3%.

No que respeita às receitas, de acordo com os dados disponíveis, espera-se um crescimento efectivo de 22,3% em 2015, sendo que, até Setembro de 2015, registou-se uma arrecadação na ordem de 65,8% do programado, um crescimento de 15,8% face ao período homólogo do ano de 2014.

De acordo com os dados da execução orçamental, prevê-se um crescimento das receitas efectivas de 22,3% em 2015, sendo que em Setembro de 2015 as receitas correntes registaram uma arrecadação de 65,8% do programado contra 52,8% do período homólogo, que corresponde a uma taxa de crescimento de 15,8%.

Contribuíram para este aumento as receitas de IRS (21,1%) e de importação (12,7%). Quanto às despesas efectivas, estas atingiram até Setembro de 2015 uma taxa de arrecadação de 62,4% do programado contra 62% do período homólogo. O que significou um crescimento de 27,9%. Este crescimento foi devido, sobretudo, ao aumento das despesas com pessoal e de investimento que cresceram 17,6% e 25,7% respectivamente.

Não obstante as despesas, as receitas foram suficientes para cobrir este aumento, o que contribuiu para redução do défice primário de 3,4% do PIB em 2014 para o valor estimado de 2,4% em 2015.

Esta melhoria deverá continuar em 2016, à luz da determinação do Governo em continuar com as

medidas de consolidação orçamental.

Em termos da balança comercial, os dados provisórios disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que, de Janeiro a Junho de 2015, o défice da balança comercial cresceu em 1,6%, resultante da redução das exportações à volta de 19% em relação ao período homólogo de 2014. Do lado das importações, o ritmo de crescimento manteve-se em relação ao mesmo período do ano anterior e a expectativa é de um ligeiro aumento no próximo ano.

De Agosto de 2014 a Agosto de 2015, verificou-se uma expansão da massa monetária na ordem dos 18%, que também foi impulsionada pelo crescimento do crédito à economia que atingiu 2.004.336 milhões de dobras, o que representa um crescimento de 8%.

Apesar desta conjuntura desfavorável, as reservas internacionais líquidas do País situaram-se em patamares confortáveis, atingindo o saldo final no mês de Setembro do corrente ano (2015) em cerca de 6 meses de importações. Para o ano de 2016, espera-se que as reservas internacionais mantenham ao nível registado até Setembro em 2015.

Principais desafios económicos e sociais

São Tomé e Príncipe é um micro-Estado insular e enfrenta desafios de duas ordens. Os primeiros dizem respeito aos desafios inerentes à micro-insularidade, enquanto os outros referem-se ao seu estado de desenvolvimento.

No que respeita a micro-insularidade, São Tomé e Príncipe é um país de reduzida dimensão, possui limitados recursos naturais, está exposta a uma reduzida concorrência e, enfim, tem um sistema de produção próximo da subsistência.

Para além disso, o seu afastamento das grandes bacias insulares e dos centros económicos, geram constrangimentos enormes, mormente no que respeita aos elevados custos de transporte, deficiente logística e incerteza na oferta. A tudo isto, está ainda associada a elevada vulnerabilidade ambiental e social.

Enquanto país em via de desenvolvimento, São Tomé e Príncipe padece dos mesmos males que afectam os restantes países desta categoria como sendo a forte dependência das fontes externas de financiamento e a reduzida resiliência aos choques externos.

É com base nestas premissas contra as quais São Tomé e Príncipe nada pode fazer, que o país tem de elaborar a sua visão e estratégia de desenvolvimento e romper a armadilha do subdesenvolvimento.

À semelhança da maioria dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), São Tomé e Príncipe não atingirá até o final de 2015, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Esta situação deve-se ao facto da economia do País ser fortemente marcada pelo seu carácter insular e a exiguidade dos seus recursos, tanto naturais como humanos.

Os desafios que se colocam neste momento ao País são enormes e complexos e a vitória sobre os mesmos é condição *sine qua non* para o lançamento das bases para um crescimento sustentável. Daí a adopção pelo XVI Governo de uma Agenda de Transformação, assente numa Visão Estratégica de Desenvolvimento 2030, à luz dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, recentemente aprovado pela Conferência das Nações Unidas em Nova York.

Para a concretização da Agenda de Transformação e da Visão que tem o Governo, o primeiro desafio que tem de superar, reside no alargamento da base produtiva da economia e na diversificação das fontes de crescimento e de emprego para, por um lado, reduzir a elevada taxa de desemprego, especialmente no seio da juventude e, por outro, substituir as importações por produtos locais e aliviar os fortes constrangimentos do exterior.

O segundo desafio reporta-se a capacidade da Administração Santomense. Com efeito, a forte restrição orçamental limita os recursos humanos e meios dos vários departamentos ministeriais, o que tem como resultado uma modesta capacidade e qualidade na concepção de políticas de desenvolvimento económico e social, de sua implementação e do seu acompanhamento e avaliação, bem como do ambiente de negócios.

A falta de infra-estrutura para dar suporte ao crescimento (energia, estradas, postos, aeroporto, água) em virtude do fraco volume de investimento e das enormes necessidades, desde a independência, constitui um terceiro grande desafio do País. O custo relativamente alto destes factores de produção penaliza sobremaneira as finanças públicas, empresas e famílias e desencoraja os potenciais investidores.

A baixa acumulação de Capital Social constitui um outro grande desafio para o desenvolvimento da economia, o investimento com recursos próprios sendo quase inexistente, enquanto os Investimentos Directos Estrangeiros (IDE) tornam-se cada vez mais limitados devido à crise económico-financeira internacional e a proliferação dos focos de tensões no mundo.

Para além disso, a predominância do sector dos serviços, em boa parte informal e pouco capitalista, agrava ainda mais essa fraca acumulação do Capital Social.

Enfim, outro desafio não menos importante é o da Justiça.

Para além de ineficaz, o Estado é omnipresente e esta assente numa pesada e complexa burocracia, em leis e normas, que já não mais se ajustam aos dias de hoje, muitas delas produzidas nos primórdios do século passado. Impõe-se, por isso, que se actualize as leis e as normas, que se simplifique os

procedimentos, que se torne mais céleres e transparente os requisitos e as respostas, enfim, que se torne mais seguras e previsíveis as transações, quer sejam elas administrativas ou meramente comerciais.

Vencendo estes desafios, o País estará em condições de iniciar um processo de transformação que lhe permitirá, entre outros:

1. Reduzir a pobreza;
2. Promover o emprego dos jovens;
3. Reforçar o sistema sanitário;
4. Reforçar a gestão pública e administrativa;
5. Promover a transparência e a responsabilização, relativamente à prestação de contas na Administração Pública;
6. Reforçar a segurança interna, segurança pública e a segurança costeira;
7. Reforçar e simplificar a legislação e melhorar o ambiente de negócio;
8. Implementar programa de infra-estrutura de apoio ao crescimento, e
9. Garantir a protecção de ambiente e controlo dos operadores.

As grandes linhas de agenda de transformações e das reformas a serem implementadas

A Agenda de Transformação do País assenta-se sobre a Visão «São Tomé e Príncipe 2030: O País que queremos construir», que resulta de uma genuína tomada de consciência das potencialidades do País e da região em que está inserido e do papel que poderá jogar em proveito do seu povo e dos restantes povos da região.

Nestas circunstâncias, o que se pretende é a transformação do País, de tal modo que os são-tomenses possam finalmente viver dignamente, num país estável, democrático e solidário, moderno, capaz de produzir e oferecer serviços de qualidade ao seu povo, à região e ao nível global.

Para tanto, será absolutamente necessário e imprescindível que esteja a todo o instante garantida a estabilidade política, a paz social e a coexistência pacífica com todos os países, particularmente com os da sub-região. Obviamente, o País precisará que estejam reunidas as condições de um crescimento económico sustentável, uma educação de qualidade acessível a todos, um Estado forte, moderno e uma democracia mais sólida, infra-estruturas adequadas às ambições de desenvolvimento económico, um sistema judicial eficiente e eficaz, um sistema de cobertura de saúde de qualidade e uma segurança alimentar e nutricional sem falha.

Síntese das principais acções realizadas no quadro das GOP 2015

Na observância das Grandes Opções do Plano do corrente ano de 2015, foram realizadas acções, em diferentes domínios de desenvolvimento económico e social.

No domínio da Gestão das Finanças Públicas, deu-se início ao processo de alteração à Lei de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, como forma de melhorar o rendimento das famílias.

Foram realizadas, igualmente, campanhas de sensibilização junto aos operadores económicos de modo a estimular o civismo e o pagamento voluntário das obrigações fiscais e tributárias. Esta acção contribuiu para o aumento de receitas dos impostos, nomeadamente, sobre veículos, chegando a atingir quase o triplo do arrecadado no ano anterior.

Foram realizadas várias acções de capacitação dos técnicos das diferentes Direcções Administrativas e Financeiras da Administração Pública em matéria de Gestão Orçamental e utilização do Sistema Administrativo e Financeiro do Estado e sobre a elaboração de relatórios financeiros e da Conta Geral do Estado.

No que se refere à política externa e cooperação internacional, foram desencadeadas acções visando o aprofundamento das relações de amizade e de cooperação com os Estados com os quais São Tomé e Príncipe mantém relações diplomáticas.

No campo da Justiça, e por forma a contribuir para a sua credibilização, sua eficácia, eficiência, e celeridade, assim como a melhoria do acesso à justiça, finalmente foi emergido um largo consenso entre vários operadores do sistema da necessidade de uma profunda reforma, para a mudança do paradigma actual.

Assim sendo, iniciou-se finalmente uma «verdadeira política de justiça,» com confronto de ideias, projetos ideologia onde foram chamados todos os operadores judiciários e os cidadãos para um debate ponderado sobre a reforma da Justiça, combatendo mitos que espreitam e condicionam uma discussão séria e profunda.

Nesse sentido iniciou-se a avaliação do desempenho dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público e os respetivos funcionários, como condição «sine qua non» para a mudança do paradigma do nosso sistema judiciário.

Tendo a consciência que a organização do sistema judicial tem que ser pensada também no ponto de vista dos utentes, privilegiando a especialização dos tribunais, de forma a facultar aos cidadãos – utentes uma melhor justiça, iniciou-se o processo de contratação de especialistas e consultores internacionais para uma nova reorganização judiciária e a reforma do direito adjetivo, mormente, pela revisão do processo civil,

tanto na fase declarativa, como na executiva.

Por exemplo, na redução de formas de processo, simplificando o regime e assegurando eficácia e a celeridade, apostando ao mesmo tempo na desmaterialização de procedimentos, na oralidade processual, tornando o processo mais eficaz e compreensível pelas partes. As alterações serão também no âmbito da criação e reforço dos meios alternativos de resolução de conflitos.

Iniciou-se o processo de retirada do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) do edifício que também alberga o Tribunal da Primeira Instância, com aquisição de um edifício para o STJ, evitando-se assim a promiscuidade e interferência que se verificavam entre o Tribunal superior e o Tribunal inferior.

No mesmo sentido, foi iniciada a obra de construção do edifício para o Tribunal de Contas. Fortaleceu-se a frota de transporte pertencente ao Ministério Público e aos tribunais, com a aquisição de novas viaturas para magistrados.

Procedeu-se a Construção de uma nova ala no estabelecimento prisional, já que o atual estabelecimento não possui condições dignas.

Dada a importância que a atividade notarial e do registo ocupa no cenário nacional e internacional e segurança jurídica de pessoas e bens, procedeu-se a nova reorganização e estruturação dos serviços, descentralizando-os em todos os postos e delegações nacionais e incluindo as embaixadas e consulados no estrangeiro, dotando-os de meios informáticos adequados. Deu-se início ao processo de digitalização, digitação e informatização dos dados da Direção Geral dos Registos e Notariado, permitindo assim, a celeridade, maior controlo e eficácia de todos os procedimentos, assim como a recuperação dos arquivos na sua generalidade.

Procedeu-se a atribuição de aproximadamente três mil nacionalidade são-tomense a todos os estrangeiros da CPLP residentes em São Tomé e Príncipe a data da independência.

Na Polícia de Investigação Criminal, procedeu-se a continuação do processo de formação e capacitação dos agentes, com a Polícia Federal do Brasil e Interpol, no combate à criminalidade. Reatou-se a cooperação com a Interpol. Conclui-se com sucesso várias investigações, procedeu-se a detenções de vários suspeitos e desmantelamento de redes de tráfico de droga e de roubos. E está em curso o processo de revisão da Lei orgânica.

Procedeu-se à implementação de medidas no âmbito da melhoria no ambiente de negócios em São Tomé e Príncipe, assim como a inauguração e implementação da plataforma do GUE- NET, permitindo a criação de empresas ON LINE.

Foi criada uma equipa interministerial que procedeu à elaboração do segundo exame periódico universal, que foi aprovado em Genebra, em defesa e promoção dos direitos humanos.

Foi institucionalizada a figura do provedor de justiça.

Por conseguinte, neste sector, a ação foi orientada no sentido de prosseguir os esforços para fornecer um serviço público de Justiça que respeite os Direitos Humanos, que esteja mais próximo dos cidadãos, que seja acessível a todos, que seja mais célere, eficaz e transparente, e com vias alternativas de resolução de conflito, exigindo responsabilidade e ética de serviço público.

No domínio do Turismo, São Tomé e Príncipe participou em várias feiras internacionais de turismo (BTL de Lisboa, WTM de Londres, ITB de Alemanha, feira de Taiwan). Contratou-se assistências técnicas especializadas em Londres e Alemanha para realização de promoção do País nesses dois mercados. Essas ações permitiram a promoção da imagem do País no estrangeiro, o que não deixou de ter um impacto no número de visitantes do País.

No domínio da Defesa e do Mar, foram desencadeadas ações visando a melhoria da prestação de serviços, que contribuíram para melhorar a imagem do sector, e dar cumprimento as atribuições que lhe são próprias e respondendo aos objetivos fixados no Programa do Governo.

É neste quadro que foram executadas as seguintes ações: assinou-se o Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com Portugal para o triénio 2015/2017, o Protocolo Adicional ao Acordo de Fiscalização Marítima das Águas sob Jurisdição Nacional, estudo hidrográfico da Baía de Ana Chaves e consequente atualização da Carta Náutica, em parceria com a cooperação portuguesa, execução da 1.ª fase da reflutuação e remoção do Navio Pico Douro afundado na Baía de Ana Chaves, apetrechamento da Guarda Costeira com duas lanchas de patrulha costeira, construção da cozinha no Quartel-general das Forças Armadas, conclusão das obras de reabilitação do comando militar e início da primeira fase das obras de reabilitação, ambas da região militar do Príncipe, intensificação de patrulhas de fiscalização marítima nas águas territoriais e maior controlo das embarcações com pavilhão são-tomense não registadas no IMAP.

Relativamente às infra-estruturas, os esforços foram empreendidos na construção e reabilitação de estradas, aumento de 4 MW à capacidade instalada e de produção de energia na Central de Bobô-Fôrro II, expansão da Rede de Transporte e Electrificação da zona Norte (Distrito de Lembá) e da zona Sul nos Distritos de Cantagalo e Caué. Essas ações permitiram uma melhoria da rede de distribuição em 16 aglomerados populacionais na ilha de São Tomé. Fez-se a ampliação do sistema de Monte Macaco e o projecto de aprovisionamento de água do Rio do Ouro encontra-se na fase de conclusão. Efetuou-se igualmente o controlo, prevenção e reparação das redes de adução de água, de distribuição e dos reservatórios, manutenção das válvulas, ventosas e câmaras de descarga dos sistemas de abastecimento de água, lavagem e desinfeção dos reservatórios, de acordo com o programa de manutenção das infra-

estruturas existentes, análises físicas, químicas e microbiológica de água, tratamento de água com soluções de alumínio e hipoclorito de cálcio dos sistemas de abastecimento de água da EMAE.

Procedeu-se ainda à manutenção de 24000 horas de G1, G2 e G5 na Central de Santo Amaro, manutenção dos Grupos Eletrogéneos da Central Termoelétrica de São Tomé, aquisição e instalação de banco de baterias 24 V e 48 V, manutenção da Conduta Forçada e da Câmara de Carga da C.H. de Contador, reforço de potência instalada em Porto Alegre para alimentar a vila de Malanza, requalificação da Rede de Média Tensão e de Baixa Tensão em cabo torçado, incluindo baixadas aos clientes e instalação de contadores em 16 aglomerados populacionais, construção da Linha de Média Tensão, Baixa Tensão e Posto de Transformação em Canavial, construção de uma linha aérea de Transporte a 30 KV entre a Central de Santo Amaro e a Central de São Tomé com subestações abaixadoras no Bairro da Liberdade (SEP24) e na Central de São Tomé, e uma subestação elevadora na Central de Santo Amaro.

No sector de estradas, realizou-se a manutenção corrente de 807 Km de estradas em todo o País, asseguradas pela brigada de manutenção (Gimes), assegurados pelo OGE, concluiu-se a reabilitação de 38,6 Km de estradas em Mistura Betuminosa a Quente (MBQ), concluiu-se 7 Km de estradas em terra batida e 1,4 Km em calçada para as comunidades agrícolas.

Todas estas acções permitiram melhorar o abastecimento de água e energia a várias localidades do País.

No domínio de Agricultura, com o objectivo de diversificar e aumentar a produção e produtividade agropecuária, procedeu-se à reabilitação de 10 unidades de transformação de produtos agrícolas.

No quadro de abastecimento de insumos agrícolas, foram obtidos os seguintes resultados: importação de cerca de 94 kg de sementes hortícolas, 16.454 kg (sendo 12.250 kg de sulfato de cobre), 1.452 litros de produtos fitossanitários, 45.810 kg de adubos e fertilizantes. No âmbito do Projecto de Culturas Alimentares foram plantados 75 hectares adicionais de milho, entre outros. No que diz respeito ao aumento e melhoria da qualidade de produção pecuária, destacam-se as seguintes realizações: vacinação de 700 aves e prestação da assistência técnica e medicamentosa às mesmas.

No que concerne à saúde, diversas acções foram desencadeadas, nomeadamente, o controlo de qualidade de medicamentos, insecticidas, diminuição da evacuação sanitária, conclusão das obras dos Cuidados Intensivos do Hospital Ayres de Menezes e do Centro de Saúde de Bombom, formação de 41 técnicos no domínio da Luta Anti-Vectorial e vigilância entomológica, e levadas a cabo os cuidados maternos infantis e introduzidas novas vacinas, bem como reforçada a campanha de luta contra o paludismo.

Relativamente à Educação, Cultura e Ciência, no sentido de aumentar o acesso à educação foi aumentada a oferta escolar com a construção de salas de aulas, sendo 16 na Pré-escolar, 18 no Ensino Básico e 26 salas no ensino secundário. Foram adquiridos mais 10 autocarros para permitir a deslocação dos alunos e reabilitação de escolas.

No sentido de melhorar o sistema de educativo foram ainda elaborados os materiais didácticos de apoio às actividades de formação inicial e contínua e de exercício de funções directivas, bem como o lançamento do Programa de Aceleração do Desempenho do Sistema Educativo para três anos; o lançamento do Sistema Integrado de Gestão Escolar; a criação das Delegações Distritais para garantir a melhor coordenação pedagógica e da gestão dos estabelecimentos escolares.

A nível de formação profissional, 397 jovens e adultos foram formados nas áreas de informática na óptica de utilizador, padeiro, pasteleiro, pedreiro, electricidade e canalização.

No que toca à alfabetização, foram postas em funcionamento 60 turmas de alfabetização em São Tomé e Príncipe, inclusão de quatro turmas de alfabetização na Cadeia Central e capacitação dos coordenadores e alfabetizadores.

No âmbito da valorização e profissionalização do pessoal docente foram formados cerca de 26 educadores da Pré-escolar no Brasil no quadro do novo currículo da Pré-escolar; 210 professores formados em Tecnologia de Informação e Comunicação; concluído o processo para a publicação da Carreira Docente; e ainda foi criada a Casa do Professor que inclui o guiché do professor, a linha telefónica verde, consultório médico, sala de formação, biblioteca e centro digital.

Relativamente ao sector cultural, neste ano o Governo, além de proceder ao levantamento do património cultural imaterial, procurou recuperar os grupos culturais em via de extinção como o Quiná de Ribeira Afonso, o Socopé da Linda Estrela, o Tchiloli Popular de Desejada e a Grupo de Soia de Sum Valerino. Foram feitas várias exposições fotográficas de homenagem às grandes figuras da cultura são-tomense, como Maria Manuela Margarido, Alda Espírito Santo e também a publicação da obra vencedora do prémio do primeiro concurso literário Francisco Tenreiro, *A Sombra do Océ* de Olinda Beja.

De igual modo, no domínio da Juventude e Desporto foi validada a proposta de Estratégia Nacional da Juventude e elaborada a proposta de lei que estabelece o Regime Jurídico do Associativismo.

No âmbito do Desporto, procedeu-se à reabilitação do Parque ex-Snécia, deu-se início à primeira fase das obras de construção de seis pólos desportivos e houve participação dos atletas nos jogos africanos, o que contribuiu para a qualificação do País para os jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em algumas modalidades.

No contexto de Emprego e Assuntos Sociais, foi criada e aprovada a Política e Estratégia Nacional de

Emprego para melhorar a coordenação das acções relativas à criação de emprego e formação, e elaborada a proposta de alteração do Decreto n.º 61/79, que cria o Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, foi fixado o Salário Mínimo Nacional (SMN) para os sectores públicos e privados, bem como, foram formados 20 inspectores do Trabalho.

No contexto da Protecção Social teve início a implementação do projecto de informatização do Instituto Nacional de Segurança Social e criadas delegações deste Instituto nas capitais distritais do País.

Grandes Opções do Plano para 2016.

As Grandes Opções do Plano (GOP) enquanto instrumento de planeamento, deriva do Programa do Governo e procura traduzir e materializar este instrumento. Com efeito, as GOP's estão estruturadas em função dos eixos do Programa do Governo, que por sua vez está articulado com a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016 e com a Agenda de Transformação do País 2030.

Eixo I – Aposta no crescimento económico gerador de emprego

Como um pequeno Estado insular em vias de desenvolvimento, São Tomé e Príncipe tem que integrar a sua economia na economia regional e mundial. Neste quadro, deve-se empenhar na criação de condições favoráveis susceptíveis de valorizar o potencial dos sectores tradicionais da economia são-tomense, tal como, agricultura, pesca e turismo e, de igual modo, criar condições de desenvolvimento de outros sectores, nomeadamente, o sector de serviços.

Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza

O XVI Governo Constitucional assumiu no seu Programa de governação o crescimento económico sustentável, gerador de emprego como aspecto fundamental no combate eficaz à pobreza. Para tal, são implementados, em diferentes domínios programas e medidas que contribuem para o reforço das capacidades das instituições do Estado, a revitalização do sector produtivo, o crescimento sustentado e inclusivo, visando uma sociedade mais justa na criação de oportunidades, na redistribuição de rendimentos, na valorização dos recursos humanos, na promoção do bem-estar social e equidade no acesso à justiça.

Sector privado e atração de investimento

No domínio do reforço do sector privado e de atração de investimento serão adoptadas as seguintes medidas prioritárias: i) implementação do serviço de apoio ao empreendedor e organização da oferta de serviços, que inclua formação, aconselhamento e informação ao potencial empreendedor; ii) promoção de incubadoras de empresas junto às universidades, aos centros de formação e de organizações representativas do sector privado; iii) concepção e implementação de um sistema simplificado de formalização de empresas em matéria de procedimentos administrativos, registos contabilísticos e enquadramento fiscal; iv) desenho e implementação de instrumentos financeiros orientados para as MPME (micro, pequenas e médias empresas), através de linhas de crédito especiais, sistemas de garantias, etc.; v) desenho e implementação do programa de desenvolvimento de competências para gestores e trabalhadores de MPME; vi) implementação de reforma regulamentar, legislativa e institucional inerente a melhoria do ambiente de negócios; vii) definição e mapeamento de zonas de investimento; viii) criação do Gabinete do Investidor (One Stop Shop); ix) promoção do programa URUP (Uma Região, Um Produto); x) definição e implementação de um plano para a convergência técnico-normativa com os mercados alvos; xi) criação de infra-estruturas legal e fiscal «do-business-easy» em áreas específicas.

Turismo

O turismo, pela natureza específica da sua cadeia de valor é um sector que tem um efeito de arrastamento positivo sobre o desenvolvimento do sector privado como um todo. A perspectiva de aumento dos fluxos turísticos para o país, combinado com políticas adequadas visando uma maior internalização dos seus benefícios, deverá contribuir para uma maior diversificação e densificação do sector privado e crescimento económico do país.

O turismo é, pois, um dos sectores cujo dinamismo encerra potencialidades seguras que importa continuar a desenvolver a médio e longos prazos. Neste domínio o Governo pretende para 2016: i) rever/adequar o quadro legal/institucional para o desenvolvimento do turismo; ii) simplificação do processo de concessão de vistos a turistas; iii) desenhar e implementar instrumentos financeiros para projectos ligados à melhoria da oferta turística; iv) promover campanhas de divulgação e de marketing do país; v) definir e promover a «Marca São Tomé e Príncipe»; vi) requalificar os sítios de Interesse turísticos; vii) reforçar a capacidade técnica do sector.

Pesca

Pesca é um sector de importância fundamental para o desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe e, como tal, deve ser valorizado como fonte de riqueza e de oportunidade de desenvolvimento para o país. Neste sentido, o aumento de controlo dos recursos pesqueiros, a sua captura, transformação e comercialização apresentam-se como prioritários. Neste quadro, o Governo pretende: i) aprovação e

implementação de um Plano Director das Pescas; ii) criação de infra-estruturas de desembarque, conservação e comercialização de peixe; iii) melhoria das condições higiénico-sanitárias dos produtos de pesca; iv) organização das comunidades piscatórias; v) reforço da assistência técnica e financeira às comunidades piscatórias; vi) reforço da formação vocacional e desenvolvimento de aptidão dos jovens das comunidades piscatórias; vii) implementação da prática da inspeção de navios estrangeiros no âmbito dos acordos de pesca; viii) recenseamento da frota de pesca artesanal e semi-industrial do País; ix) promoção do desenvolvimento de aquacultura.

Comércio e Indústria

No sector do Comércio o Governo pretende: i) incrementar o Fundo de Estabilização de preços; ii) prosseguir com o Quadro Integrado reforçado; iii) reforçar o processo de integração regional ao nível da «CEEAC» e da «CEMAC» e no sistema comercial multilateral; iv) acelerar o processo de adesão a Organização Mundial do Comércio; v) reforçar o mecanismo de abastecimento e de seguimento do mercado relativamente aos bens alimentares da primeira necessidade; vi) adoptar medidas de facilitação do comércio-África TradeFund; vii) acelerar o desenvolvimento da agro-indústria nacional; viii) criar o sistema nacional de inovação e de transferência de tecnologias.

Agricultura, pecuária e floresta

A segurança alimentar é um factor determinante para qualquer Estado, particularmente para um pequeno Estado insular em desenvolvimento como São Tomé e Príncipe. Por isso, no capítulo da agricultura e desenvolvimento rural as prioridades centram-se num conjunto de ações visando uma agricultura que dá prioridade à perspectiva «alimento para todos» de acordo com a Agenda de Transformação do País. Entretanto, a agricultura para exportação, apostando em nichos específicos de produtos com elevada qualidade.

Neste domínio as opções prioritárias de políticas são: i) reforço do programa de desenvolvimento rural integrado; ii) incentivo ao aumento da produção, produtividade e diversificação agrícola, através de implementação de fileiras de produção; iii) construção e reabilitação de infra-estrutura de apoio à produção agrícola; iv) introdução de novas tecnologias para o aumento da produção hortícola e frutícola; v) reforço do abastecimento de insumos agrícolas; vi) construção e reabilitação de sistema de irrigação e à construção de represas para retenção de água destinada à irrigação; vii) formação e capacitação de extensionistas e agricultores em técnicas de gestão agrícola viii) instalação dos centros de compostagem, de abrigos e estufas em algumas comunidades; ix) aumento de quantidade e qualidade de produção animal através de a) intensificação da produção avícola; b) reforço da assistência técnica e extensão rural; c) produção local de ração animal; d) reforço de formação e sensibilização dos criadores de animais; e) desenvolvimento de associação e de cooperativas agropecuária; f) melhoria do quadro legal e institucional, g) reforço da protecção sanitária através de campanhas de vacinação e na melhoria do acesso das comunidades e criadores aos medicamentos; x) reforço de capacidade técnica e institucional do sector agropecuário; xi) implementação de Central Hortofrutícola; xii) reforço de capacidade do Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT). A protecção do ecossistema também se reveste de importância capital para o desenvolvimento sustentável do País, neste quadro serão adoptadas medidas visando a preservação e valorização da floresta e da biodiversidade, através de: a) actualização da Estratégia Nacional e Plano de Acção para a protecção da biodiversidade em São Tomé e Príncipe; b) reforço de fiscalização e luta contra abate ilegal de árvores; c) reforço da capacidade técnica e material do sector das flores e do Parque Obô, d) actualização e validação do Plano de desenvolvimento florestal de São Tomé e Príncipe, e) reforço da capacidade técnica e institucional da Direção do Parque Obô, e f) realização do 3.º Inventário Florestal Nacional.

Planeamento e estatística

No domínio da estatística as opções prioritárias vão no sentido de: i) proceder ao enquadramento do pessoal técnico e institucional; ii) reforçar a capacidade de análise científica; iii) promover a difusão e utilização de dados.

No que refere ao Planeamento, pretende-se: i) reforçar a capacidade na concepção, planificação, seguimento e avaliação das estratégias, programas e projetos de desenvolvimento; ii) melhorar o processo de concepção, acompanhamento e avaliação de políticas públicas; iii) implementar a Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento; iv) elaborar um novo plano nacional de desenvolvimento de médio prazo; v) reforçar a capacidade de gestão de políticas públicas baseadas em resultados e vi) criação de unidade de planificação e gestão sectorial.

Administração Pública

No domínio da Administração Pública, estão previstas como principais medidas de política a gestão integrada dos recursos humanos da administração central. Serão ainda prosseguidas as políticas já implementadas que têm contribuído para melhorar a qualidade dos serviços prestados e acesso à informação por parte do cidadão. Neste domínio, dar-se-á prioridade aos seguintes aspectos: i) melhorar o

acesso à informação e à participação pública; ii) simplificar e desburocratizar a Administração Pública; iii) concluir a revisão do Estatuto da Função Pública e assegurar a sua aplicação; iv) promover a profissionalização e melhorar as condições de trabalho dos funcionários Públicos; v) regularizar as situações dos trabalhadores da Função Pública, que se encontram em situações contratuais; vi) reestruturar a Administração Pública em função da capacidade interna de financiamento e das especificidades de cada serviço (organismos integrados, organismos com ou sem autonomia administrativa, organismos com autonomia administrativa, financeira e patrimonial); vii) proceder à racionalização das estruturas administrativas.

Reforçar a gestão das finanças públicas

Finanças

Atendendo à situação nacional e internacional, o Governo continuará a promover a recuperação da actividade económica, reforçando o processo de consolidação orçamental, num contexto em que a promoção da sustentabilidade e da qualidade das finanças públicas adquirem uma importância acrescida.

Neste sentido, continuarão a ser prosseguidas, as seguintes opções de políticas: (i) modernização dos sistemas de informação e da contabilidade pública, (ii) reforma do quadro orçamental; (iii) promoção de mecanismos de prestação de contas e de combate à corrupção; (iv) promoção de uma gestão eficaz e transparente da coisa pública; (v) reforço de capacidade institucional da Unidade de Informação Financeira; (vi) reforço do sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capital e financiamento ao terrorismo; (vii) aumento de fiabilidade do Sistema Financeiro Nacional; (viii) reforço da estratégia de consolidação das contas públicas; (ix) reforço das actividades de arrecadação de impostos e com ganhos de eficiência nas administrações fiscal e aduaneira; (x) promoção e o alargamento da base tributária e das receitas fiscais; (xi) combate à evasão fiscal, através de uma estrutura mais progressiva do imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS); (xii) simplificação do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC); (xiii) aceleração do processo de modernização dos procedimentos aduaneiros; (xiv) diversificação dos produtos bancários de financiamento disponíveis para as empresas; (xv) melhoria das condições de acesso ao crédito; (xvi) consolidação do processo de adequação da legislação, regulação, supervisão e inspecção do sistema financeiro; (xvii) consolidação do alinhamento do País, com as boas práticas internacionais em matéria de reporte financeiro; (xviii) melhoria da gestão do risco financeiro visando à redução do custo do dinheiro e, conseqüentemente, das taxas de juro dos financiamentos, através de: (a) implementação de uma unidade de acompanhamento e gestão pró-activa do risco-país para alargar as opções de financiamento junto dos mercados internacionais; (b) gestão centralizada de informações de crédito a pessoas singulares e coletivas (central única de informações de crédito e central de colaterais, sob a gestão do Banco Central e/ou de entidades independentes, devidamente licenciadas e reguladas); (c) promoção de mecanismos de partilha de riscos (sistemas de garantia mútua, fundos públicos de garantia dirigidos a sectores estratégicos); (d) programa de formação e capacitação de empresários, gestores e empreendedores em gestão financeira, gestão de riscos e relacionados; (xix) promoção da inovação e da concorrência no sistema financeiro, através da aprovação/revisão de Lei de Bases do Sistema Financeiro e outros diplomas complementares, para atrair/incentivar o surgimento de novos operadores e/ou produtos alternativos (tais como fundos de capital de risco, «business angels», «factoring» ou «leasing»); (xx) reforço de controlo, melhoria eficiência e transparência na gestão da dívida pública.

Investir na modernização das infraestruturas económicas e sociais

Infraestruturas económicas e sociais

A estratégia de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe voltada para sua integração na economia sub-regional, regional e mundial, a visão de transformação de São Tomé e Príncipe na plataforma de prestação de serviços na sub-região, pressupõe a criação de condições logísticas fundamentais. Neste quadro, o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais são de capital importância. Por isso, o Governo prioriza para 2016, as seguintes ações prioritárias: i) modernização e operacionalização do porto de Ana Chaves, através de a) aquisição de equipamentos operacionais e de segurança, b) construção e reabilitação de infraestruturas, c) reforma de quadro legal e institucional; ii) modernização e operacionalização do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe, através de a) extensão progressiva da pista do aeroporto, b) melhoria do sistema de iluminação e de sinalização, c) aquisição de equipamentos de apoio a navegação, d) reabilitação e apetrechamento da torre do controlo, e) reforço de capacidade técnica profissional aos técnicos do INAC e da ENASA; iii) certificação do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe; iv) aquisição e instalação de uma estação meteorológica marítima, para a previsão do estado do tempo no mar; v) aquisição de um radar para Previsão de Tempo para fins aeronáuticos.

Energia, água e saneamento

A dependência, o elevado custo de produção de energia, devido essencialmente à sua fonte, térmica, de produção constitui grande preocupação do Governo. Neste sentido as ações prioritárias vão no sentido de : i) aumentar a capacidade de produção e de distribuição de energia; ii) aumentar a eficiência energética; iii) incentivar a produção de energia hídrica e solar; iv) promover a construção de uma central a GLP; v)

renovação da linha aérea; vi) reabilitação da rede elétrica de distribuição em baixa.

São Tomé e Príncipe tem abundantes recursos hídricos, contudo ainda não estão exploradas toda a sua potencialidade, quer para o consumo, quer para agricultura, continuando ainda a subsistir dificuldade no abastecimento de água à população tanto em quantidade como em qualidade. Por isso, neste domínio o Governo apresenta como medidas prioritárias: i) melhorar o acesso e a qualidade de água para todas as pessoas e para todos os fins i.e., programa nacional de aprovisionamento de água através de a) aumento de captação de água, b) aumento e melhoria na rede de distribuição de água, c) realização de campanha para mudança de comportamento visando o uso mais racional dos recursos hídricos; ii) aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico, iii) manutenção e limpeza de canais; iv) desassoreamento dos rios; v) recolha e tratamento regular de lixo urbano, em parceria com as Câmaras Distritais.

Telecomunicações

Na área das tecnologias de informação e das telecomunicações, será dada especial importância à continuação da generalização do acesso e utilização a todos, consolidando e actualizando os espaços de acesso público à Internet. Estabelecimento e reforço do quadro institucional, legal e regulamentar para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação em São Tomé e Príncipe.

Transportes terrestres

A coesão do território e a prossecução dos grandes objetivos de desenvolvimento económico, social e cultural pressupõe infra-estruturas rodoviárias. Por isso, nesse sector o Governo pretende, i) construir novas redes viárias; ii) prosseguir com medidas de modernização, ampliação de rede viária actual; iii) reforçar o programa de manutenção e reparação das estradas; iv) implementação do serviço público de transportes.

Assegurar uma melhor gestão do território e do meio ambiente

Ordenamento do território, obras públicas e urbanismo

O ordenamento do território e a protecção ambiental tem um papel fundamental no processo de crescimento da nossa economia. Neste sentido, no domínio de ordenamento de território, obras públicas e urbanismo, as ações prioritárias recaem sobre, i) elaboração do plano de ordenamento do território; ii) valorização da envolvente urbana e promoção da sustentabilidade dos projectos de urbanismo; iii) actualização do quadro legal e institucional; iv) reforço de capacidades técnicas e materiais; v) construção de aterros sanitários e incineradoras; vi) requalificação do pavimento de talude e protecção costeira da EN1; vii) reabilitação das pontes sobre os rios Água-Grande, Lembá e Cantador; viii) reforço de capacidade de fiscalização e controlo das obras.

Eixo II – Aposta na coesão social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe

Políticas públicas promotoras de coesão social é sem dúvida um aspeto essencial para o desenvolvimento económico e social harmonioso e sustentado. Por isso, o Governo tomará medidas em diversos domínios visando o reforço de coesão social.

Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação

Educação e formação

A valorização dos recursos humanos é um desafio para o futuro de São Tomé e Príncipe. É consensual considerar o capital humano – decorrente do binómio homem/cultura – como sendo o principal trunfo de desenvolvimento de qualquer Nação. É, pois, no homem são-tomense, que deverá alicerçar o desenvolvimento do País.

A percepção de que a educação constitui um factor importante de mudança social global, é unânime na sociedade são-tomense. Neste domínio serão adoptadas as seguintes opções do plano: i) persistir na educação para todos; ii) concretizar a universalização da frequência da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário para todos; (ii) reforçar a acção social escolar; iii) melhoria da qualidade do ensino técnico profissional; iv) melhorar a oferta do ensino especial; v) melhorar a oferta de tecnologias de informação e telecomunicação nas escolas; vi) melhorar o sistema de informação e gestão escolar; vii) Acelerar a educação em São Tomé e Príncipe através de um programa de melhoria da educação, o que passa por desempenho escolar, a melhoria da gestão escolar, supervisão pedagógica, sistema de avaliação, motivação dos alunos, valorização dos profissionais; viii) implantar um sistema de inspeção e supervisão do Ensino Superior; xix) desenvolver uma estratégia de desenvolvimento de um ensino superior de qualidade; x) desenvolvimento do sistema de investigação e de inovação tecnológica mediante o estabelecimento de centros de excelência dedicados a programas específicos de investigação e de desenvolvimento e de reforço da capacidade.

Saúde

Ao nível da saúde impõe-se demarcar em definitivo o nosso sistema de saúde. Torna-se desse modo necessário ter-se uma lei-base de Saúde e constituir um Serviço Nacional de Saúde (SNS) no qual se define as entidades públicas, privadas e os profissionais livres que desenvolvam actividades de promoção,

prevenção e tratamento na área da saúde e, todos outros integrantes ligados a matéria de prestação de cuidados de saúde. Definir igualmente as acções e serviços de saúde, executados de modo isolado, conjuntamente, permanente, eventualmente, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, com vista à promoção e protecção da saúde, a prevenção, o tratamento e a reabilitação da doença. Só assim consistem as várias vertentes da intervenção. Assim, em primeira linha será promovida a universalidade e acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, num quadro de maximização da eficiência dos serviços, de fomento de parcerias com entidades públicas e privadas, promovendo a integração das novas tecnologias de informação, com a correspondente racionalização da gestão e dos custos. Neste domínio serão privilegiadas as seguintes: i) combate às doenças endémicas e não endémicas ii) gestão mais eficaz do funcionamento da Central de Compras de medicamentos; iii) promoção da qualidade dos serviços, através de programa de captação e qualificação dos profissionais de saúde; iv) reorganização e requalificação dos centros e postos de saúde; v) reforço de capacidade dos recursos humanos de saúde; vi) reforço de informação, educação e comunicação para saúde; vii) melhoria de assistência infantil e imunização, viii) aprofundamento dos acordos de cooperação com Instituições no âmbito da saúde; ix) reabilitação e construção de infra-estruturas de saúde; x) aquisição de materiais e equipamentos de saúde; xi) construção de centrais de incineração; xii) desenvolvimento de software e de infra-estrutura de Gestão do Sistema Nacional de Saúde; xiii) construção de uma central de oxigénio; xiv) reestruturação, reorganização e apetrechamento dos serviços do hospital.

Emprego, segurança e protecção social

O desemprego, particularmente, o desemprego jovem, constitui uma das principais preocupações do XVI Governo Constitucional e o seu combate um dos principais desafios do desenvolvimento. Neste sentido, em 2016 serão adoptadas as seguintes medidas: i) promoção e dinamização de iniciativas empresariais geradoras de postos de trabalho; ii) desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para os jovens; iii) implementação do programa de apoio ao empreendedorismo jovem, mulheres e pessoas portadoras de deficiência; iv) reforço de integração social dos grupos/famílias vulneráveis; v) reforço de capacidade técnica, institucional e administrativa do sector de emprego, segurança e protecção social; vi) melhoria da integração dos pobres e grupos vulneráveis na economia, através do apoio a trabalhos públicos comunitários; vii) melhoria de pensões sociais aos indivíduos desprovidos de qualquer cobertura de previdência social; viii) reforço de protecção aos grupos em situação de risco e ou exclusão (idosos, deficientes, doentes crónicos, órfãos, famílias vulneráveis); ix) apoio as pessoas vítimas de catástrofes naturais (derrocadas, incêndios, cheias, vendaval, etc.); x) criação de mais centros comunitários de desenvolvimento / centros do dia; xi) alargamento da cozinha social- fornecimento de um prato quente / dia aos idosos; xii) apoio à formação de estudantes de famílias carenciadas; xiii) implementação de programas de promoção e apoio às iniciativas locais e de desenvolvimento comunitário, através de a) apoio às ONG's parceiras da acção social (organizações e associações), b) apoio às pessoas com deficiência, c) apoio aos projetos de desenvolvimento da rede de protecção social (Santa Casa de Misericórdia, Cáritas, Arcar e PDI Lembá); xiv) reforço do programa de promoção e defesa dos direitos das crianças, através de: a) família substituta, b) apoio a crianças em situação de risco e respetiva família, c) acolhimento de meninos de e na rua (crianças vítimas de violência, maus-tratos e abandono – SOS); xv) criação de polos de atendimentos distritais e regional; xvi) elaborar estudo prospectivo sobre a necessidade do mercado de trabalho e da formação profissional; xvii) elaborar estudo diagnóstico sobre a formação técnico profissional; xviii) elaborar o plano estratégico nacional de emprego e formação profissional ; xix) construir uma base de dados sobre o mercado de emprego e formação profissional; xx) realizar inquéritos de emprego nos distritos e na Região Autónoma do Príncipe (RAP); xxi) construir e apetrechar as salas de aulas no Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe (CFPSTP) BudoBudo; xxii) operacionalizar o fundo nacional de emprego e formação profissional; e xxiii) operacionalizar o serviço público de emprego.

Justiça

O Governo mantém a sua prioridade na política de Justiça e orientará a sua acção no sentido de prosseguir continuamente os esforços para fornecer um serviço público de Justiça que respeite os direitos humanos, mais próximo do cidadão, acessível a todos, mais célere e mais transparente, com mais vias alternativas de resolução de conflitos e mais eficaz na investigação e punição dos crimes.

O Governo dará especial importância ao contributo da Justiça para a promoção do desenvolvimento económico, criando condições para a segurança jurídica, a confiança e a captação de investimento interno e externo.

Visando a implementação do Programa de Governo e assumindo como prioridade a melhoria do serviço público de Justiça, são definidas como prioritárias as seguintes acções: i) promoção da simplificação, celeridade, e transparência do serviço público de Justiça, através de: a) alteração dos procedimentos nos tribunais, b) eliminação de trâmites, intervenções e passos burocráticos desnecessários; ii) reforço da eficácia na prevenção, na investigação e na punição do crime através de a) elaboração do plano de gestão de risco de corrupção e infracções conexas, b) fiscalização da execução e c) reforço dos meios dedicados à investigação criminal, designadamente os mecanismos de cooperação entre as diversas entidades policiais

e entre estas e o Ministério Público; iii) promoção da qualificação da justiça, melhorando a organização, funcionamento e gestão dos tribunais; iv) implementação de sistema de Gestão Integrado de Processos; v) atualização do quadro legal e institucional a novo contexto de desenvolvimento; vi) reorganização institucional e administrativa dos serviços do registo e notariado; informatização dos arquivos dos registos civil e notariado; vii) prevenção e combate à toxicod dependência; viii) melhoria de condições técnicas e materiais do Centro Prisional e de Reinserção Social.

Género

Reconhece-se a importância da mulher como agente de mudança e garantia de um desenvolvimento sustentado. Portanto, potenciar a contribuição da mulher no desenvolvimento económico, político, social e cultural é, seguramente, um desafio a que não se pode alhear no País que quer o progresso. Neste sentido, o Governo pretende: i) consolidar as medidas promotoras da igualdade de género; ii) aprofundar a transversalidade da perspectiva de género nas políticas públicas; iii) fortalecer os mecanismos e estruturas que promovam uma igualdade efectiva entre mulheres e homens; iv) implementar o programa empreendedorismo feminino; v) reforçar os mecanismos institucionais para igualdade e equidade de género; vi) reforço de direitos e da participação das mulheres na tomada de decisão; vii) promoção económica das mulheres no meio rural e urbano.

Comunicação social

A comunicação social é fundamental para qualidade da nossa democracia. Neste sentido é preocupação do Governo incentivar o desenvolvimento empresarial do sector da comunicação social, assegurar condições para a efectiva democratização do acesso de comunicação e zelar pela oferta, universal e igual, de uma diversidade substancial de serviços de comunicação social. Assim sendo, propõe como principais medidas: i) desenvolvimento de novos serviços de comunicação social; ii) atualização do quadro legislativo e institucional dos órgãos de comunicação social; iii) qualificar e melhorar as condições de desempenho da profissão de jornalista; iv) assegurar a oferta universal e diversidade na comunicação social; v) apostar na modernização das emissões; vi) promoção de meios de comunicação social comunitário; vii) construção e reabilitação de infra-estruturas dos órgãos de comunicação social; viii) aquisição de equipamentos e materiais; ix) reforço de capacidade técnica dos profissionais do sector; x) apoiar a juventude, consolidar a família e proteger grupos vulneráveis.

Juventude

Os eixos de intervenção na área da juventude, as grandes linhas de orientação estratégica, assentam nos seguintes objectivos: (i) garantir a integração dos jovens na definição das políticas públicas de juventude assegurando a sua participação; (ii) aumentar a participação cívica dos jovens; (iii) reforçar os mecanismos de emancipação dos jovens são-tomenses; iv) promover o associativismo e o voluntariado juvenil; v) incentivar a criatividade e o empreendedorismo; vi) implementar o programa de empreendedorismo jovem; vii) reforçar as acções de comunicação para a mudança de comportamento da população juvenil; viii) promover a inclusão digital.

Ainda no quadro da juventude, destaca-se a implementação da Estratégia Nacional da Juventude que, de uma forma prospectiva agrupa num único documento orientador todos os projectos, programas, acções e planos que possam ter impacto na juventude são-tomense.

Habitação

Elaboração e implementação de uma política de habitação, para atender não apenas a necessidade de habitação, mas de uso mais rentável do solo e preservação do meio ambiente. Neste quadro, serão adoptadas as seguintes medidas: i) elaboração de um plano nacional de habitação; ii) implementação de projetos de construção de casas sociais; iii) estímulo a concessão e o acesso ao crédito habitação; iv) adequação do quadro legislativo, regulamentar e institucional do Instituto de Habitação e Imobiliária.

Promover a cultura e o desporto nacional

Desporto

As orientações estratégicas e as medidas a adotar visam, desde logo, a generalização e desenvolvimento do desporto, em parceria com as Câmaras Distritais e o movimento associativo. Neste âmbito, o Governo irá, entre outras medidas: i) generalizar a prática desportiva, «Desporto para Todos»; ii) melhorar a articulação do desporto com as políticas educativas e sociais através de: a) a consolidação do aumento da prática desportiva na escola; iii) construção e melhoria dos equipamentos e infra-estruturas desportivas; iv) reforçar a parceria institucional com o Comité Olímpico Nacional, as Federações e os clubes de participantes.

O Governo apoiará, igualmente, o desporto de alto rendimento e as selecções nacionais. Neste contexto, será implementado: a) o programa nacional de detecção de jovens talentos; b) participação nos eventos desportivos que promovam São Tomé e Príncipe, e c) reforço de cooperação bilateral e multilateral, com especial relevo para os países da CPLP, e d) melhoria de condições técnicas, de formação e preparação

dos atletas.

Cultura

As prioridades da política cultural visam a gestão equilibrada do património cultural, nas suas várias expressões, em harmonia com o património. A elaboração do Plano para Cultura que reflita a renovação e a produção de novos bens culturais reveste-se de importância vital. A interacção de iniciativas culturais com a Educação, o Turismo e o Ambiente são também uma preocupação do Governo. E, com vista a dinamizar o sector cultural e fortalecer a coesão nacional, o Governo vai proclamar o Ano de 2016, como o Ano da Cultura Nacional.

Reforçar o poder local e criar polos de desenvolvimento

Poder local

Para reforçar o equilíbrio e a equidade do território, a descentralização e a consolidação do poder local democrático, a promoção de uma efectiva modernização da administração autárquica são-tomense, são factores essenciais. Neste sentido, as ações prioritárias do Governo são no sentido de: i) reforçar a intervenção económica do poder local; ii) reforçar capacidade das autarquias em matéria de gestão financeira; iii) consolidar a coordenação territorial das políticas públicas; iv) acompanhar, consolidar e aprofundar a descentralização de competências para os Distritos nas matérias de gestão de rede de equipamentos de saúde, das escolas e da acção social; v) Dotar as autarquias locais de competências e de instrumentos jurídicos atualizados e inovadores.

Reforçar as relações externas, cooperação e preservar a soberania nacional

Política externa e cooperação internacional

O Governo continuará a apoiar o reforço do multilateralismo efectivo, através de uma intervenção activa nas organizações e iniciativas internacionais em que São Tomé e Príncipe participa.

O plano internacional detém, a vários títulos, uma grande importância para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e, por isso, conceder a devida atenção à esfera internacional é um imperativo. Com efeito, a credibilidade do País e a efectividade da acção internacional de São Tomé e Príncipe podem ser transformados em elementos da competitividade do nosso país.

A política externa constitui um domínio de capital importância para São Tomé e Príncipe. Além das exigências da globalização, a escassez de recursos para o desenvolvimento, a insularidade, a pequenez do território impossibilitam o mesmo de gerar todos os meios necessários ao seu desenvolvimento, pelo que, se torna necessário a mobilização de recursos externos, tanto públicos como privados. A orientação da política externa terá, assim, em conta o imperativo da integração de São Tomé e Príncipe na economia mundial, sem perder de vista os objectivos de um desenvolvimento auto-sustentado, a sua situação de país menos avançado, pequeno Estado insular, inserido numa região onde ainda persistem factores de instabilidade política e conflitos localizados. O Governo vai prosseguir com a sua política de: i) alargamento e reorganização das embaixadas e missões consulares; ii) abertura de novas frentes diplomáticas; iii) reforço de participação da diáspora no processo de desenvolvimento do País; iv) reforço de capacidade dos diplomatas em matéria de negociação; v) construção e reabilitação de infra-estruturas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (MNEC).

No domínio de Cooperação Internacional, o Governo vai continuar a consagrar o reforço progressivo da intensidade e relevância dos projectos e ações desenvolvidas na área da cooperação externa, reforçando a participação e a visibilidade do País, no âmbito das diversas organizações de cooperação inter-regional, o aprofundamento da cooperação, de âmbito geral ou sectorial, com territórios e instituições de interesse prioritário. Neste sentido, serão privilegiadas medidas que concorram para: i) reforço da cooperação e da presença nas organizações internacionais, ii) reforço da cooperação estratégica entre os diferentes agentes envolvidos no processo de internacionalização; iii) reforço de capacidade técnica e institucional; iv) criação da agência nacional de cooperação internacional.

Defesa

A Defesa Nacional é a atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos que têm como objetivos essenciais garantir a independência nacional, a integridade territorial e respeito das instituições democráticas.

As Forças Armadas deverão continuar a assumir-se como Instituição Nacional com capacidade para garantir a liberdade e a segurança para assim promover o bem-estar das populações e da valorização do património nacional.

Para atingir os objetivos atrás referidos, serão adoptadas as seguintes medidas: i) intensificação do processo, em curso, de modernização e adequação das Forças Armadas; ii) aprofundamento e reforço da participação activa do nosso país em missões internacionais (CEEAC e CPLP); iii) reabilitação e modernização de equipamentos e infra-estruturas militar; iv) criação de condições técnicas e materiais para os militares que servem nas Forças Armadas; v) participação mais activa das Forças Armadas em missões de interesse público, como de apoio à proteção civil e fiscalização marítima.

Mar

O mar é parte inalienável do Território Nacional e é o espaço fundamental de consecução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e assim deve ser valorizado como fonte de riqueza, de oportunidade, mais também de riscos e ameaças.

Neste quadro, a prioridade do Governo recai sobre: i) elaboração de uma estratégia de segurança marítima; ii) planeamento e ordenamento do espaço marítimo; iii) reforço da vigilância e segurança do Mar; iv) comunicação e sensibilização para o conhecimento do Mar; v) cooperação internacional para o Mar; vi) estabelecimento de parcerias para salvaguardar os interesses do estado do mar; vii) gestão integrada dos múltiplos usos do mar e da zona costeira, mediante políticas coordenadas e legislação adequada; viii) melhoramento do nível de operatividade da Guarda Costeira; ix) combate à todas as formas de ilícitos cometidos no mar; x) remoção de destroços de barcaças; e xi) elaboração de legislação marítima.

Administração interna

A defesa dos indivíduos e da sua propriedade, pelo reforço da segurança interna, e do sentimento de segurança a ela associado, afirmando a autoridade, constitui uma obrigação do Estado de Direito. Assim, a prevenção, combate e repressão do crime, com especial ênfase para a criminalidade violenta, grave e organizada, causadora de maior alarme social, é uma prioridade do Governo. A prossecução destes objectivos será desenvolvida através das seguintes orientações: i) implementação de medidas legislativas e operacionais de prevenção e de combate à criminalidade; ii) reforço do efectivo policial e melhoria das condições de trabalho; iii) aprofundamento do policiamento de proximidade e da segurança comunitária; iv) criação de um quadro legislativo adequado ao serviço de informação estratégica; v) adequação e reforço de capacidade dos recursos humanos; vi) construção e reabilitação de infra-estruturas; vii) aquisição de materiais de aquartelamento; viii) reforço de controlo de fronteiras; ix) reforço de prevenção e combate ao incêndio e outras calamidades; x) aquisição de materiais e equipamentos para serviços de bombeiros; xi) realização do recenseamento eleitoral e eleições presidenciais; xii) reforço da capacidade preventiva de combate ao tráfico de seres humanos; e xiii) elaboração do plano estratégico visando a diminuição da sinistralidade rodoviária.

Com a implementação em 2016 dessas ações, nos vários domínios da governação, o Governo pretende continuar a materializar os propósitos assumidos no seu Programa, aprovado pela Assembleia Nacional para o período 2014-2018, mormente no que respeita ao combate à pobreza e ao reforço da coesão social. Embora consciente de que a realização destas ações está condicionada a atempada disponibilidade de recursos, maioritariamente provenientes dos nossos parceiros de desenvolvimento, este instrumento das Grandes Opções do Plano testemunha a vontade e determinação do Governo em transformar o País numa Nação próspera e solidária, mediante a criteriosa alocação dos recursos disponíveis a programas e projetos cujo impacto na vida das pessoas é evidente.